

A IMPORTÂNCIA DA REFORMA AGRÁRIA E DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ATUAL CENÁRIO RURAL BRASILEIRO¹

Débora Aparecida Brombine Freitas²

Ana Elisa Cruz Araújo³

Barbara Gonçalves de Oliveira Xavier⁴

Sabrina Consorte Amedi⁵

Vitor Silva Preto⁶

Raquel Cabral⁷

Introdução

Nossa sociedade atual, surgida com a Revolução Industrial, caracteriza-se pela dominação do sistema capitalista, ou seja, pela maximização do lucro e acumulação de capital situados acima de qualquer valor, inclusive o humano; cenário que transformou profundamente a relação do homem com o trabalho. Esse definia-se antes exclusivamente por garantir sobrevivência ao indivíduo, que possuía ligação direta com a terra, em um mundo agrário.

Com a exploração da mais-valia – conceito de Karl Marx, que denomina a exploração do trabalho excedente, para gerar lucro ao proprietário dos meios de produção; o Capitalismo origina e perpetua as inúmeras mazelas com as quais convivemos, como a exclusão e a desigualdade social e as condições indignas de vida.

Nessa perspectiva, como consequência do sistema econômico capitalista e da lógica de vida referente, emerge também uma nova relação do homem

1 Trabalho apresentado no Simpósio Ciência, Tecnologia e Sociedade: Mobilizar o Conhecimento para alimentar o Brasil.

2 Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Comunicação Social: Relações Públicas da Unesp Bauru. E-mail: debora_freitas_15@hotmail.com.

3 Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Comunicação Social: Relações Públicas da Unesp Bauru. Email: caraujoanaelisa12@gmail.com.

4 Estudante de Graduação 2º semestre do Curso de Comunicação Social: Relações Públicas da Unesp Bauru, email: babi.gox@hotmail.com.

5 Estudante de Graduação 2º semestre do Curso de Comunicação Social: Relações Públicas da Unesp Bauru, email: sa.amedi@outlook.com.

6 Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Comunicação Social: Relações Públicas da Unesp Bauru, email: vitors.prt@gmail.com.

7 Professora Coordenadora da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp-Bauru, email: raquelc@faac.unesp.br.

com a terra, dominada pelo agronegócio – grandes propriedades de terras monocultoras, com produção direcionada principalmente ao mercado externo e às agroindústrias, visando unicamente o lucro; e pelo sistema latifundiário – concentração de território sob a propriedade de um número infimo de indivíduos.

Dessa forma, com a dominação do interesse privado sobre o coletivo, do direito à propriedade sobre o direito à moradia, uma parcela exorbitante da população brasileira encontra-se sem local para viver, enquanto infinitas extensões de território, tanto no espaço urbano, quanto no rural, concentram-se nas mãos de poucos, sendo muitas vezes inutilizados e abandonados, servindo unicamente à especulação imobiliária.

Diante disso, emergem no Brasil os movimentos sociais de luta pela terra; movimentos que se utilizam de ocupação ou de participação e negociação política, para conquistar uma distribuição justa da terra, através da denominada Reforma Agrária, que em tese possibilita às populações vulneráveis o direito à moradia e à propriedade e concede-lhes os meios de produção e sustento, por meio da Agricultura Familiar.

Assim, a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar são pautas que têm tomado a agenda do Estado, resultando na elaboração de diversas políticas públicas. Tais medidas sinalizam um avanço, porém elas devem ser problematizadas, uma vez que se mostram muitas vezes superficiais e ineficientes, trazendo o questionamento sobre seu verdadeiro objetivo.

O presente trabalho busca analisar tais temáticas, voltando seu olhar à Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Bauru (Incop). O projeto de extensão possui como propósito a promoção da Economia Solidária – modelo econômico, que se configura como alternativa ao Capitalismo, ao se basear na igualdade social. Trata-se de um sistema sem hierarquia, sem padrões e empregados, em que todos os integrantes de um empreendimento são seus proprietários e possuem, assim, a mesma renda, os mesmos direitos e deveres.

Nesse sentido, dados seus princípios, a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar convergem com a Economia Solidária, sendo inclusive potencializadores dela. Tal fato demonstra-se no objeto de estudo deste trabalho – a incubação do Grupo Mulher, realizada pela Incop desde o início de 2015. O grupo trata-se de um Empreendimento Econômico Solidário (EES), uma cooperativa em processo de formalização, constituída unicamente por mulheres, agricultoras familiares, situadas no Assentamento Horto Aimorés, no município de Pederneiras, território estabelecido pela Reforma Agrária.

Por meio desta obra, pudemos verificar como tais temáticas – Reforma Agrária, políticas públicas – impactam sobre a população, restringindo mais nosso olhar sobre o grupo tratado – as mulheres agricultoras. Visamos refletir sobre a efetividade das medidas estabelecidas nesse âmbito, problematizando a verdadeira transformação social que se tem conquistado nesse processo histórico.

Objetivos

Identificar a influência da reforma agrária e das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar para o Grupo Mulher; e averiguar uma possível atuação da Incop, que contribua para o beneficiamento da cooperativa, no que tange a tais questões.

Método

Para a realização do trabalho, utilizamos pesquisa bibliográfica sobre as temáticas, baseando-nos em autores como Sérgio Schneider, Rosemeire Aparecida Escopinho e Paul Singer. A fim de estudarmos como a Incop pode atuar no âmbito dessas questões, de modo a promover um beneficiamento e desenvolvimento efetivo e sustentável do Grupo Mulher, utilizamos metodologias participativas e a Educação Popular de Paulo Freire, visando a construção colaborativa de conhecimento. Da mesma forma, empregamos a pesquisa-ação, revertendo nossos estudos na transformação do objeto – a realidade do grupo, a partir de seu próprio interesse e cooperação.

Resultados

Desde os primeiros acampamentos dos movimentos rurais, houve a discussão sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais. Uma vez que elas estavam presentes nas manifestações e possuíam um papel fundamental na articulação do grupo, um espaço de debate foi criado para entender as questões políticas dessa participação feminina, no movimento de luta pela Reforma Agrária.

De início, o grande foco em realizar as conversas era garantir às mulheres direitos restritos até então aos homens, como assistência médica e aposentadoria. Para isso, era necessário obter o entendimento do Estado para a profissão de “trabalhador rural” como uma ocupação, também, feminina.

Em seguida, o debate aprofundou-se, cerceando as próprias organizações, nas quais essas mulheres estavam inseridas. A reivindicação por mais espaço nas direções sindicais começou a acontecer e logo, considerou-se que as dificuldades deveriam ser enfrentadas pelas mulheres de forma autônoma.

Dessas discussões resultou, em 1989, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que se propagou para outras áreas do Brasil. Ainda que relacionado, em seu cerne, a questões rurais, o grupo abriu precedente para outras organizações e movimentos, que representassem as mulheres do campo.

Em 2004, o MMTR tornou-se parte de uma organização internacional de movimentos sociais de origem camponesa, nomeando-se o Movimento das Mulheres do Campo (MMC). Em 2005, realizou o seu primeiro congresso, que contou com a participação de 1.500 delegadas e atualmente, organiza marchas e manifestações públicas, para pressionar o Estado a aumentar os direitos concedidos às mulheres que exercem seu trabalho no campo.

A organização de um grupo como esse é histórica e muito importante para as mulheres, principalmente, as que vivem no campo. As famílias rurais são, majoritariamente, orientadas por um pensamento patriarcal retrógrado, de forma que uma articulação feminina trata-se de um grande passo, na busca pela igualdade de direitos; além de acarretar outras organizações e discussões em todo o país.

O Grupo Mulher organizou-se, ao notar a possibilidade de uma maior contribuição financeira em suas famílias. As moradoras do assentamento Horto-Aimorés possuíam terra produtiva em suas propriedades, que não era, contudo,

utilizada. A solução encontrada foi criar uma cooperativa por aquelas mulheres que, até então, tinham a única função de cuidar da casa.

Todavia, o objetivo de obter renda da terra, de forma autônoma, viabilizado pela Reforma Agrária, não vem ocorrendo como o planejado. Isso ocorre, pois a política de distribuição de um território a essas famílias não foi acompanhada por um plano que as capacitasse a manusear a terra, tornando-a produtiva e tirando dela seu sustento. Faltam às integrantes do Grupo Mulher capacitação técnica e, até mesmo, psicológica, para que elas iniciem suas atividades. Dessa forma, ainda hoje, o sonho da cooperativa e da autonomia financeira permanece no papel, uma vez que apenas um número restrito das mulheres tem sua produção agrícola.



Foto: Incop

Nesse sentido, cabe-nos uma reflexão quanto às políticas públicas, voltadas à Agricultura Familiar. Mais de 30 anos após a lei da Reforma Agrária (1964), surgiu a primeira política, que de fato atenderia ao setor. Em 1996, em resposta a décadas de negligenciamento e reivindicações populares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tomou forma e tornou-se o marco do “[...] reconhecimento político e institucional do Estado brasileiro à categoria social, [...] que abriu possibilidades institucionais para a criação de novas políticas para a agricultura familiar” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 28).

O Pronaf possibilita ao produtor familiar, assentado da Reforma Agrária, a utilização de benefício financeiro para a compra de equipamentos e demais

recursos, acarretando no aumento da renda e na melhoria da qualidade de vida no campo; representando, assim, um novo começo para a Agricultura Familiar. Desde então, muitas políticas, destinadas ao fortalecimento da Agricultura Familiar, têm sido adotadas pelo Governo Federal, como forma de compensar a dominação do sistema capitalista, latifundiário, do agronegócio.

Entretanto, nem tudo previsto por lei é de fácil acesso e seguido à risca, quando se trata de um país com ampla extensão territorial, como o Brasil. O conflito de interesses entre as classes marginalizadas e a hegemônica classe oligárquica – governada antes por coronéis do ouro e do café e atualmente pelos grandes proprietários da agroexportação – perdura há séculos na história e deixa explícita a predominância do lucro sem precedentes, sobre as necessidades por políticas assistencialistas, que possibilitem o acesso a direitos básicos, como a moradia e os recursos para subsistência.

A política de Reforma Agrária possibilitou, de fato, o acesso à terra própria a diversas famílias. Contudo, ao mesmo modo, ausentou-se quando muitas dessas famílias tiveram de viver à margem dos direitos básicos de sobrevivência, sem qualquer tipo de amparo ou assistência, no que tange às atividades agrícolas, como o manuseio e o plantio da terra, acarretando na improdutividade dessa e em seu abandono, para o ingresso em outras atividades para obtenção de renda.

As dificuldades de inserção do Grupo Mulher em políticas públicas são reais e complexas. Um grupo formalmente concebido apenas por mulheres do campo representa uma vitória, para uma sociedade mais igualitária, e um embate à ideologia de gênero; todavia, também acaba configurando-se como mais um entrave, que limita suas próprias ações. A concepção de família nas zonas rurais é ainda mais estratificada socialmente – um grupo de mulheres unidas pode ser considerado um “risco”, sob o viés de uma sociedade enraizadamente patriarcal. Nesse cenário, poucas das mulheres possuem instrução formal, sendo muitas vezes obstinadas apenas a atividades domésticas ou trabalho caseiro, com pouco ou nenhum acesso à informação sobre políticas e programas públicos.

Conclusão

O Grupo Mulher simboliza a constituição de um cenário, a partir de um longo processo histórico. No caso, muito deve-se ao Movimento de Mulheres do Campo (MMC), que foi precursor e abriu caminhos, ao dar autonomia às questões relacionadas ao trabalho exercido pelas mulheres no campo. Entretanto, a cooperativa enfrenta problemas em nossa sociedade, que tangem as exclusões social, espacial e até mesmo de gênero – problemas que a Reforma Agrária e as demais políticas públicas, voltadas à Agricultura Familiar, tentam solucionar, mas colocam-se ainda de forma extremamente superficial.

Assim, iniciativas como a da Incop buscam fazer com que as informações sobre políticas públicas alcancem esses agricultores familiares – representantes da Economia Solidária. Buscam contornar a incoerência crônica do Estado, de elaborar medidas, para indivíduos que não possuem acesso ou instrução, para se beneficiar delas.



Foto: Incop



Foto: Incop



Foto: Incop



Foto: Incop



Foto: Incop

Referências

CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.